



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Nota Informativa

(A Representação Parlamentar do PPM na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informa que apresentou hoje queixa na CNE, por considerar que o Governo Regional violou ostensivamente as normas referentes à proibição de publicidade institucional e os deveres de neutralidade e imparcialidade a que as entidades públicas se encontram sujeitas em períodos eleitorais)

O Governo Regional da Região Autónoma dos Açores iniciou, no passado dia 25 de março de 2019, uma visita estatutária à ilha do Corvo, acompanhado por diversos órgãos de comunicação institucionais. A visita do Governo Regional viola claramente, e de forma absolutamente escandalosa, os deveres de neutralidade e imparcialidade a que as entidades públicas se encontram sujeitas.

A visita mais não é que uma sucessão de comícios do Governo Regional, utilizando meios públicos, que visa apoiar o esforço eleitoral do partido governamental que governa, de forma ininterrupta, a Região Autónoma dos Açores desde 1996. Este tipo de atos e o conjunto de meios públicos que o Governo Regional utiliza descaradamente como publicidade institucional, impede que exista alternância política na nossa Região, eternizando no poder o partido governamental.

Foram distribuídos, de forma abundante, convites para grande parte da população e proferidos discursos de inauguração ao melhor estilo norte-coreano. Veja-se este trecho do discurso que o Presidente do Governo Regional realizou ontem, no âmbito da inauguração da obra de prolongamento do molhe cais e alargamento da plataforma do Porto da Casa: **“Para além deste investimento de mais de 10 milhões de euros aqui, para além de mais de 2 milhões de euros de investimento no aeródromo, para além de investimentos nas áreas da saúde, da rede viária, do apoio social, da educação, do desporto, de um conjunto tão e tão variado de áreas em que tem sido realizado investimento aqui na ilha do Corvo”**. Este trecho do discurso de inauguração foi retirado de uma notícia de cerca de 6 minutos que a RTP/Açores realizou a propósito desta visita, que mereceu, claro está, honras de abertura do telejornal da RTP/Açores.

Nem o Arco do Triunfo de Trajano é tão autocomplacente. É evidente que a visita e os atos de propaganda do Governo Regional não têm qualquer



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

urgência pública, a não ser a eleitoral. Trata-se de uma grotesca violação da lei e uma utilização partidária de meios públicos.

Nestas condições, a Representação Parlamentar do PPM na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores fez questão de não participar em qualquer dos atos praticado no âmbito da deslocação-comício que o Governo Regional está a realizar ao Grupo Ocidental.

A Representação Parlamentar do PPM na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informa ainda que apresentou, hoje mesmo, queixa na CNE, por considerar que o Governo Regional violou ostensivamente, no âmbito da visita que está a realizar à ilha do Corvo, as normas referentes à proibição de publicidade institucional e os deveres de neutralidade e imparcialidade a que as entidades públicas se encontram sujeitas em períodos eleitorais.

Ilha do Corvo, 26 de março de 2019

A Representação Parlamentar do PPM no Parlamento dos Açores,

Paulo Estêvão